

Partidos alteram uso de mulheres como *laranjas*

No ano passado, houve candidatas manipuladas, diz promotora

DA REDAÇÃO

As fraudes eleitorais envolvendo candidatas laranjas persistem a cada eleição, porém, houve mudança na maneira de cometer a irregularidade. Até a eleição de 2016, era comum pleiteantes zeradas, sem nenhum voto. Algumas nem sequer sabiam que eram candidatas: tinham os nomes usados indevidamente para formação de chapas. Outras até concordavam, em troca de vantagens. No ano passado, entretanto, mulheres que realmente queriam participar foram manipuladas por integrantes de partidos políticos.

A explicação é da promo-

NECESSIDADE

“É necessária a política de cotas de gênero (de 30% para mulheres na política). Pode não ter atingido um nível satisfatório, porque a representatividade da mulher continua insuficiente, mas ela é fundamental. Se deixar de existir, aí que não terá mulheres participando do processo eletivo”

Vera Lúcia Taberti
Promotora de Justiça



tora de Justiça Vera Lúcia Taberti, que ganhou destaque em 2016 pela investiga-

ção, em São Paulo, de candidatas usadas como laranjas por partidos políticos



Vera Taberti afirma que mulheres foram “usadas com promessas de que teriam todo apoio na campanha”

apenas para atender à exigência legal de 30% de mulheres nas chapas. Referência no tema, ela passou a atuar, no ano passado, na Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo (PRE-SP) e investiga candidaturas em todo o Estado. “A nova modalidade de candidaturas laranjas é das mulheres que foram iludidas. Usadas com promessas de que teriam todo apoio na campanha e, uma vez feito o registro

perante o cartório eleitoral, o partido deixa de assisti-las”, diz Vera Lúcia.

A promotora participou, na última segunda-feira, da palestra *A Mulher na Modernidade: Empoderamento e Igualdade*, na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Santos (Unisantos), a convite do Centro Acadêmico Alexandre de Gusmão, que representa os estudantes.

Segundo ela, denúncias de mulheres estão auxiliando

o Ministério Público em investigações. “Nessas últimas eleições, eu mapeei todas as candidatas estaduais e federais de São Paulo. A intenção é saber idade, profissão, se já participaram anteriormente, qual foi a votação, quanto receberam do partido, se fizeram propaganda.”

A promotora afirma que as investigações estão sob sigilo e que não pode revelar eventuais fraudes ocorridas na Baixada Santista.



Deve-se incentivar mulher a procurar ajuda, declara Maria Gabriela

Violência é outro tema em debate

Outra convidada para o evento foi a também integrante do Ministério Público de São Paulo Maria Gabriela Prado Manssur. Ela mantém o blog Justiça de Saia e faz parte de organizações de proteção e defesa dos direitos femininos. Já foi eleita, pela revista For-

bes, uma das 20 mulheres mais poderosas do Brasil.

Maria Gabriela afirma que a violência contra a mulher é, hoje, um tema com muito mais visibilidade. “Nós temos a terceira lei melhor do mundo. Porém, dependemos da boa vontade do Poder Público na efe-

tividade da Lei Maria da Penha. A violência contra a mulher é prioridade? Pelo que nós vemos, não.”

A vontade política, diz a promotora, significa investimento nas delegacias, no atendimento da mulher e equipes técnicas em todas as varas e promotorias de

violência contra a mulher.

“Porém, temos um levantamento que nos traz que a maior parte das vítimas de feminicídio não denunciou o agressor. Ou seja, ela tem mais chance de sobreviver se denunciar e contar com o apoio da Justiça”, pondera.